

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARANENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

Carta de Paris

Nunca acreditei, nem acredito, na sinceridade da campanha contra a construção dos novos Paços do Concelho. Se a uns mais do que a outros domina a mania escrivinhadora e maldizente, em todos predomina a inveja e o ódio vesgo, aquilo que, tantas vezes, deturpando o significado das palavras, se costuma chamar, com uma benevolência que prejudica, a paixão política.

Foi por isso que, na minha carta anterior, só tratei da questão sob esse aspecto.

Mas, nem todos podem vêr as coisas com a facilidade e clareza com que as vejo, dada a minha experiência da vida pública e o conhecimento que a minha situação política me obriga a ter das pessoas da minha terra, quando a sua actividade ultrapasse o âmbito do seu fóro particular. E esses, que são a maioria, incapazes de se persuadirem de que, só por maldade, por inferioridade moral e mental, se possa vir a público atacar e maldizer, deverão estar receosos de que alguma coisa de concreto haja na campanha que se levantou, de que, realmente, defeitos irremediáveis inutilizem o esforço que representará para o contribuinte, o prosseguimento das obras.

E' para esses que eu, hoje, escrevo; e, desta vez, é que é certo não ter que me dirigir àqueles de quem, embora comigo não queiram manter relações pessoais ou políticas, mas se destacam pela sua inteligência e ilustração, eu nunca deixo de me lembrar, com admiração, respeito e, sobretudo, muito desgosto por ver perdidos para o progresso da terra, altos merecimentos que o facciosismo ou a perrice de se não querer acompanhar a evolução do pensamento e da ciência social, que nunca pára, tornam inúteis, quando não prejudiciais.

E' para quantos possam supôr que não se encheriam tantas colunas dos jornais com críticas que se não baseassem em realidades, que vai esta carta, em que discutirei a sério uma questão que só mereceria ser tratada no mesmo tom em que é posta pelos críticos que vieram alamar os espíritos ingénuos e desprevenidos.

De tanto palavriado que se tem publicado que é que se tira de concreto, de positivo, quais são os factos que baseiam a campanha e provas que os demonstram? Os factos são:

1.º — O edificio não tem a amplitude necessária.

2.º — A sua construção fica caríssima.

As provas que acompanham estas vagas afirmações, nenhuma.

Diz-se, também, que o edificio não é grande nem magestoso, que é desgraçado, que é vergonhoso pela sua situação, que é quente no verão e frio no inverno, que tem uma porta muito pequena para a aferição, que tapa as vistas da Senhora da Guia e dos passeantes da Rua de Serpa Pinto, que fica esmagado pelas ruínas dos Paços dos Duques de Bragança e enterrado e reduzido pelos longes das paisagens e que não vale um pataco por ficar no meio

de um largo, sendo esta coisa dum edificio no meio dum largo um tremendo horror que nunca se descobriu nos bilhetes postais ilustrados com as vistas de Paris, tiradas dos aeroplanos, e que tão precioso elemento de cultura são para certas creaturas que nunca deram nada no officio para que foram educadas.

Mas estes dislates não merecem discussão, porque não terão influído na razão de pessoa alguma. Com effeito, não é preciso vir a Paris para se saber que é mentira ficar o edificio em construção no meio dum largo; basta ir ao local das obras para se verificar que o que elle tem, como é necessário em vista do seu destino, é uma ampla praça na sua frente, confinando as restantes fachadas com ruas de 20 metros de largura; e, no largo em cujo fundo elle assenta, lá está o lugar para a estatueta do critico, tal qual as que elle admira ao centro das praças do tal album de postais.

Não fica, pois, no meio, mas sim ao fundo duma praça; é diferente; em identicas condições veem-se em Paris edificios monumentais, como, por exemplo:

Notre Dame, Hotel de Ville, St. Germain des Prés, S. Sulpice, Panthéon, Bourse, Invalides, quasi todas as Mairies, Palais Royal, Palais du Louvre, Sacré Coeur, Opéra, etc.

Todos estes edificios, e cito só alguns dos que aí melhor poderão ser conhecidos, se encontram ao fundo dum largo e cercados de ruas pelos restantes três lados.

E, mesmo no meio dum largo, também não é difficil encontrar edificios magestosos como:

Madeleine, Crédit-Lyonnais, Banque de France (Succ.le), N. D. de Lorette, Palais de Justice, Bourse du Commerce, Le Printemps, Grand Palais, etc.

Ao contrário do que se julga, portanto, Paris está cheio de *palacoadas*.

Não se verifica isto pelos postais ilustrados? que culpa temos nós, os que escolhemos o local para a edificação?

Quanto à magestade e grandiosidade da obra, a vergonha da sua situação e a desgraça de não ter as suas quatro fachadas todas voltadas ao norte no verão e ao sul no inverno, para que a frescura lhe não falté no tempo do calor, nem a quentura do sol por ocasião das geadas, isso tudo, bem como uma porta monumental para que por ela passem de cabeça bem erguida todos os grandes homens que vão a aferição, é realmente triste que se não tenha conseguido; mas, onde estava o critico durante os anos que teve de sobra para vir a público apontar tais disparates e protestar contra o inicio de tais obras? Quem é que não teria atendido perante tão judiciosas e tão bem fundamentadas objurgações?

Se o fizesse, como devia, quando não fôsse por bairrismo ao

menos como bom católico que deve ser, pois é uma obra de misericórdia ensinar os ignorantes, já não teríamos hoje que perder tempo a discutir asneiras, nem os passeantes da Rua de Serpa Pinto teriam que dar mais umas dezenas de passos em frente para admirarem, duma maneira definitiva e mais ampla, do largo e das ruas em construção, o lindo panorama da Costa, que o dono do campo lavradio que ficava ao fundo da Rua de Serpa Pinto desastadamente podia tapar com a construção de alguma adega ou celeiro na linha de direcção das vistas, o que hoje já não é possível.

E, assim, poupar-nos-íamos todos ao desgosto irremediável desta coisa grotesca dum edificio que é, ao mesmo tempo, esmagado, enterrado e reduzido pelos *perfos* das moles de granito dos Paços dos Duques de Bragança e pelos *longes* das paisagens que o cercam, ficando-se sem se saber como é que se podem conciliar, em volta de tão mágica construção, pertos que são longes e longes que são pertos, mas que por igual esmagam, enterram e reduzem. Não se descobre se é preto ou se é branco, apenas se fica sabendo que será preso por ter ou não ter cão.

E, para cúmulo, a pobre da Senhora da Guia, que parece que por uma problemática fresta, gozava dum rico panorama, terá de se deslocar para continuar a admirar muralhas, ruínas e castelos, das ruas bem lançadas duma cidade nova que, para honra dum povo laborioso e rico, vai surgir da ampla e linda planície que se estende ao nascente e sul dos seus novos paços!

Mas vamos à parte séria da questão.

*

O edificio é pequeno.

Vejamos: Comparemos as dimensões das diversas repartições com as das que estão actualmente funcionando.

Câmara Municipal—A sala das sessões tem 16^mx10^m com a faculdade de, em dias de solenidade, se tornar comum com a dos vereadores, o que lhe dará 27^mx10^m, ou ainda com a dos casamentos, resultando um enorme salão de 37,50 de comprimento. A sala actual das sessões tem 8,30x6,20, sem possibilidade de se ampliar.

No edificio actual não há uma sala para os vereadores nem gabinete para a presidência; no edificio em construção a sala dos vereadores terá 10^m,80x10^m, maior, portanto, que a sala actual das sessões, e o gabinete da presidência 7^m,20x4^m,50.

O edificio actual dispõe de 114^m² para secretaria e repartição de obras; no novo edificio são destinados para esses serviços 133^m².

Para impostos e tesouraria municipal dispõe-se actualmente de

96^m²; no novo edificio esses serviços disporão de 124^m².

A aferição ficará com 10x5^m,70; actualmente tem apenas 7^mx6^m,50.

Tribunal—A sala onde actualmente se fazem as audiências tem 124^m²; a sala do edificio em construção ficará com 169^m², com a vantagem de que, sendo menos comprida do que a actual, as condições acústicas serão muito melhores. Cá por fora, mesmo aqui em Paris, no Palais de Justice, as salas, em geral, não são maiores, e aí, na Figueira da Foz, em edificio próprio, a sala é pequeníssima. E' que hoje já ninguém considera as salas de audiência como salas de espectáculo, e antes se procura afastar delas o público, para evitar as lições imorais que muitas vezes aí se recebem. Mas, quando se entendesse o contrário, nada impediria de se fazer qualquer julgamento sensacional,—nem tantos eles serão,—no salão nobre do 1.º andar, que tem 357^m², mais 233 do que a sala do edificio actual.

Para gabinete de juiz, delegado, advogado, jurados e testemunhas, fica-se dispondo de 66^m² em lugar de 39^m² de que actualmente se dispõe.

A contadoria ficará com mais 1^m² do que a actual.

O cartório de menores dimensões é exiguo; apenas 5^mx3^m, contra 6^m,30x3^m,90 que tem o actual mais pequeno; mas esse defeito já desapareceu com a diminuição dos officios e seria fácil de remediar com o grande espaço que fica disponível, cerca de 145^m² pelo desaparecimento da administração do concelho.

Repartição de Finanças—A secretaria e arquivo ficarão com 170^m² em lugar de 133 de que dispõem actualmente.

A tesouraria ficará com iguais dimensões às da actual, ou seja 7^mx4,55; o gabinete do tesoureiro um pouco mais pequeno: 7^m,20 x3^m,10 em lugar de 7^mx4^m,35 que tem actualmente.

Registo Civil—Actualmente dispõe de duas salas com a superficie total de 85^m²; no novo edificio ficará com quatro salas, das quais a dos casamentos com 89^m² é maior do que as duas actuais juntas, e, todas, perfazem 167^m².

Registo Predial—A sua instalação actual mede 60^m²; no novo edificio ficará com 78^m².

Administração do Concelho e Policia—São-lhes destinadas 5 dependências com a superficie total de 145^m². Actualmente, em Guimarães, não há policia, nem administrações em todo o país.

Dispõe ainda o edificio em construção, no segundo andar, de vastas instalações para arquivos e de habitação para continuo.

Não preciso, parece-me, de fazer acompanhar de comentários estes números para demonstrar que não é verdadeira a acusação de que o edificio «não tem a amplitude necessária».

A construção é caríssima. Isto afirma-se em frases vagas, mas com ares do mais puro e circumspecto acacianismo. Que estão gastos mil e tantos contos, dizem uns, muito mais sendo preciso gastar, dizem outros; que já estão gastos 2 mil contos de sendo remontar a 5 mil contos a sua conclusão e que ainda é preciso gastar quantia superior a 4 mil contos, tudo isto diz um maníaco que nem sequer sabe a significação das palavras que usa, mas que embeberrou em que havia de ser escritor sem primeiro aprender os rudimentos gramaticais duma simples instrução primária; dias depois, já esquecido dos 3 e 4 mil contos que antes lançara ao vento, volta a dizer que ainda é preciso gastar mais de 2 mil contos! Que custa a obra alguns milhares de contos, que se enterram tantos milhares de contos, insinuam os maus que deixam postergar o seu amor à terra por um facciosismo impróprio dos seus merecimentos, virtudes e idade.

O certo, a dar crédito às contas da Câmara, é que estão gastos 952 contos; se abatermos, como é justo, a esta verba 105 contos que custaram os alicerces, os quais, por má sorte, foram muito difíceis e dispendiosos, ficamos o que já está feito do edificio por 847 contos. Acrescendo os 2.057 contos que os tecnicos, segundo as afirmações da Câmara e as minhas próprias informações, dizem necessários para sua conclusão, o importe total do edificio será de 2.904 contos. E' claro que é pelo que dizem os tecnicos que nos devemos guiar, pois são eles que têm obrigação de saber o que dizem.

O limite orçamental imposto nas condições do concurso para a elaboração do projecto foi de Esc. 60.000,00; como a moeda vale hoje um vigésimo do que valia nessa ocasião e os preços em geral aumentaram numa proporção que excede cerca de 50% a que devia corresponder à desvalorização da moeda, o aumento do custo sobre o limite marcado pela Câmara é de cerca de 60%.

Não posso garantir a exactidão do calculo que faço sobre os preços que correspondem hoje aos da época em que se fez o concurso, pois não disponho, nesta ocasião, dos necessários elementos de consulta. Mas, lembro-me de que, apesar do júri do concurso ter aceitado o projecto como estando dentro da verba condicional, logo houve quem dissesse que não seria possível fazer-se a construção pelo preço do orçamento. Não podia a Câmara sobrepor-se ao júri, nem a diferença do custo a faria recuar ante a beleza e magestade do projecto.

São, pois, tres mil contos que o edificio custará ou, para melhor precisão, dada a instabilidade da nossa moeda, cerca de 30 mil libras.

E' caro? E' difficil de responder de forma a satisfazer todos os critérios tão variáveis num assunto em que a relatividade de-

pende de tantas contingências de caracter subjectivo.

O que importa saber é se o Município de Guimarães está ou não em condições de fazer face à despesa. Eu digo afoitamente que sim e desde que, no conceito unânime de todos os que estão de boa fé e livres de paixões, o edificio a construir será um monumento que honrará a terra, não temos que hesitar, pelo menos nesta altura, em caminhar para a frente, sem lamentos inúteis e tolos por inoportunos.

Paris, 21 de Março de 1929.

Mariano FELGUEIRAS,

*

P. S. — Acabava de escrever esta carta quando recebo a confirmação de que foram definitivamente suspensas as obras, por falta de dinheiro; cortes de contribuições e extinção do *ad-valorem* são as causas que se lançam ao publico como determinantes do humilhante marasmo a que volta o concelho de Guimarães, igual ao dos tempos antigos em que as mesmas ideias e até os mesmos homens presidiam ao seu destino. Em resposta, vou aqui deixar um compromisso em que empenho a minha honra de homem publico: deem-me tres anos de administração municipal e eu deixarei concluidos os novos Paços do Concelho. — M. F.

“Pendência de Honra,”

Pedem-nos a publicação da seguinte carta:

Ex.^{mo} Snr. Director.

Nos Jornais do Porto, de 27 de Abril último, vem publicadas as actas de uma «Pendência de Honra» provocada pelo Sr. Dr. Alexandre Córdova, e em que foi visado o Snr. António Maximo Pereira do Nascimento e Silva, digno escrivão nesta vila.

Não sei o que se passou nessa pendência, a que sou extranho. Mas julgo do meu dever, porque conheço o que se tem passado, e porque sou interessado no assunto que se debateu, assumir inteira e completa responsabilidade dos factos de que foi acusado o Snr. Nascimento e Silva.

Se alguém agravou o Snr. Alexandre Córdova, referindo os factos com que esse Snr. se declarou molestado, fui eu.

E como disse apenas a verdade, não tenho receio de repetir o que disse.

O meu carácter exige que eu faça, com todo o desassombro, esta declaração.

Muito grato lhe ficaria pela publicação desta, o que de V. Ex.^a se diz.

Alberto Maria Leite.

Famalicão, Quinta de Fofão, 30-4-29.

Rugusto G. de Oliveira

A fim de tratar de assuntos da instrução, esteve, durante alguns dias, nesta cidade, este illustre e muito distinto funcionário, que, em virtude da reforma do Inspectorado, foi elevado à categoria de Inspector-chefe da R. E. de Braga.

Sua ex.^a, que desempenha o seu cargo com o maior zelo e a mais comprovada competência, continua a interessar-se por uma melhor instalação de certas escolas, algumas das quais estão a funcionar em edificios completamente condenáveis. Para isso, já sua ex.^a se entendeu com o Senhor Presidente da Câmara e vereador da Instrução, os quais prometeram todo o auxílio possível. Bem haja quem tanto se interessa pela Instrução popular — uma das fortes alavancas do progresso.

A Estação Postal de Vinhas

A pretendida deslocação

Tivemos sempre por norma, quer na Imprensa quer em particular, a correcção e um princípio unico de ideias.

Nunca vendemos esta pobre caneta nem nunca trocamos o nosso Ideal para conseguirmos qualquer favor. *Bombos de festa*, muito menos!!

Vem isto a propósito da arrelia que as nossas locais sobre a Estação de Vinhas tem causado a certos cavalheiros.

Em resposta só dizemos: — *Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele.*

Não devemos a cabeça a quem quer que seja, e portanto criticaremos sempre as acções daqueles que o mereçam.

Entendido? E dito isto, adeante.

Na nossa última local afirmamos que a pedida mudança da Estação Postal de Vinhas obedecia unicamente a um capricho, a uma vingança pessoal que alguém quer exercer sobre o actual depositário.

Dissemo-lo e mantemos a nossa afirmação, doa a quem doer.

Para prová-lo embora superficialmente (queremos poupar as vergonhosas causas da vingança) basta dizermos que o lugar do Outeirinho, para onde foi pedida a sua mudança, é um lugar sem vida sem Comércio e sem Indústria e portanto sem população a quem o correio, de verdade, possa interessar. Correspondência diária não há para ali, visto que os seus habitantes são, quasi ou mesmo na totalidade, humildes operários fabris que não expedem nem recebem correio. Isto quanto à importância do meio.

Quanto à sua situação, afirmamos que é um lugar completamente afastado do centro da freguesia, e, se a Junta requereu a sua mudança baseada no principio de centralização, faltou à verdade e abusou do seu mandato sem escrúpulos de ir prejudicar o povo que representa.

Quais, são então, as razões apresentadas pelos illustres magnates de Moreira de Cónegos? Outeirinho, centro de freguesia?!

Outeirinho, lugar comercial e industrial?!... Só por escárneo se pode admitir semelhante petição que, não denotando bom senso nem brio administrativo, tem só por fim a coadjuvação numa vingança particular. Só assim se compreende. Queremos crer que o snr. Presidente da Junta — creatura que nos merece aliás, muita consideração pessoal — foi, por certo, vigiarado ao assinar (se assinou, nós não sabemos) semelhante documento, deixando-se seduzir pelo canto da sereia ou pelas lágrimas do manhoso crocodilo.

Ou não seria assim?

Por hoje, ponto final.

Exposição de Chapéus

Maria Emilia da Fonseca, com atelier de chapéus para senhora e creança, na Rua da República, 91, convida todas as suas Ex.^{mas} clientes e damas em geral, a visitarem a exposição que realiza nos próximos dias 5 e 6 de Maio, para inauguração da época de verão. Além dum variado sortido em modelos parisienses para senhora e creança, exporá uma linda e numerosa colecção de fino gosto, que venderá ao

Preço de reclame... 45\$00.

Contando impressões

II

Amigo:

O prometido é devido.

Cá estou, pois, para te dizer mais alguma coisa sobre o assunto que me serve de epigrafe. Não desejo alongar-me em considerações quanto à paralização das obras do novo edificio que há de servir para os Paços do Concelho, visto que a «A Velha Guarda» já tem tratado deste caso por diversas vezes — embora superficialmente. Todavia, eu quero manifestar parte daquilo que sinto — uma vez que não pode ser tudo, por outro poder mais alto se levantar — não como vimaranense — porque o não sou — mas como amigo do desenvolvimento florecente de qualquer terra do meu País.

Não me convenço, meu amigo, de que as obras estejam paradas por falta de verba, atendendo a que há uma receita própria para satisfazer as suas despesas, a qual não pode ter outro fim. Além disso, o Município de Guimarães — que deve estar empenhado em que a sua Terra progreda — tem outros recursos, que, bem administrados, devem dar para alguma coisa... Não conheço as criaturas que actualmente estão a administrar as Receitas Municipais, mas calculo que sejam pessoas interessadas no bem comum dessa Terra — o seu Progresso.

Estranho, porém, que assim não suceda, atendendo a que, os trabalhos que mais interessam à cidade e concelho, estão todos suspensos. Digo isto fundado nas informações que ai me deram e naquilo que eu próprio presenciéi.

Não costumo atacar por maldade nem comprometer quem quer que seja por meio da intriga, mas, pelo contrário, costumo ser prudente e leal, motivo porque não quero que os meus reparos sejam tomados como suspeitos ou parciais. Não tenho a intenção de censurar os actos da Comissão Administrativa, mas confesso que também não tenho a coragem de lhes dar os meus aplausos, nem classificar de boa a sua administração.

Portanto, não censuro, nem apláudo; limito-me, como amigo, a manifestar-te mais algumas das minhas impressões colhidas na tua Terra, e com as quais continuarei ainda mais uma vez, a não ser que elas te aborreçam, ou, pelo menos, te desagradem, como a mim desagradou a pontuação da última carta. Desculpa.

Abraça-te o teu ded.^o

S.

Maio de 1929.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

ATELIER DE CHAPEUS

PARA SENHORA E CREANÇA

RUA DE S. DAMASO, 89-GUIMARÃES

Maria do Ceu Mendes Silva, participa às suas Ex.^{mas} clientes e damas em geral, que faz a sua exposição de chapéus para a estação de verão, nos próximos dias 5 e 6 de Maio, e terá o máximo prazer em lhes apresentar um lindo e variado sortido em chapéus de palha tais como: renda, manilha, bençoque, etc. e um lindo sortido em cortes de seda para vestidos e lenços, desde 35\$00. Pede o favor de fazer uma visita, para se certificarem de que economizam dinheiro comprando na sua casa.

Ainda o 9 de Abril

Chá, minhas senhoras

Sempre ouvi: «numa mulher nem com uma flor se bate».

Ela é todo o nosso enlevo e o nosso melhor encanto, a beleza que nos fascina e a amantíssima companheira do nosso lar, a suma preocupação do nosso espírito que nos alenta muitas vezes a prosseguir o áspero brilho do caminho da Vida, e a madrugada que surge na nossa mocidade, e esplendorosa, num suave atrepiço de luz.

Uma mulher é tudo: o capricho, a paixão ardente que nos abraza, o sonho que se acalenta, a dor que nos aguilhoa e espicaça, o perfume que sorvemos num beijo prolongado e moroso, o amor que nos enlaça num abraço, a volúpia e o prazer, a mãe dos nossos filhos e a vida que nos acompanha até à morte.

Merece-nos, pois, o máximo respeito e o maior dos carinhos.

E' a flor imarcessível que nos dá o sentido de Deus, da Natureza, do Bem e da Arte.

D'ali, porém, a permitir-lhes todas as liberdades e todos os caprichos que só as prejudicam, vai um grande passo e é erro que nos rebaixa e reduz.

Temos por obrigação venerá-la, mas também é certo que nos cumpre o dever de lhe emendar a irreverência que a torna horrivelmente feia, desengraçada e até — porque não dizê-lo? — falha de educação.

Foi o que se presenciou, há dias, na nossa primeira casa de espectáculos, na data em que foi comemorado o «9 de Abril», fazendo estágio nesta cidade a esplêndida companhia Betta de Bivar-Alves da Cunha. Ao abrir o espectáculo, a orquesta executou o Hino Nacional. Uma grande maioria dos cavalheiros ergueu-se para ouvir respeitosamente a Portuguesa. Seria natural e lógico que a restante parte e as senhoras que exibiam as suas finas toiletas pelas frisas, pelo respeito devido às instituições e pelo que manda a boa educação, fizessem outro tanto.

Tal não sucedeu e lamentamos com pesar que tenhamos de aqui registar o nome daquelas damas que primaram por ser incorretas:

D. Ema Fernandes, D. Elvira Leão Costa, D. Maria Antónia Martins Fernandes, esposa do professor do Liceu e comissionado da Câmara Dr. José Francisco dos Santos, Dra. D. Albertina Pereira Mendes, esposa do capitão de Infantaria Francisco Martins Fernandes Junior, D. Anatlilde Ferreira da Cunha, D. Amélia Costa (Riba d'Ave), D. Maria Cruz, D. Maria José Mendes Ribeiro, D. Maria do Ceu Teixeira, D. Maria da Madre de Deus Pereira Mendes, D. Madalena Barreira, D. Laurinda Ramos, D. Maria Manuela de Bourbon Mendes Ribeiro, D. Maria Madalena de Bourbon Mendes Ribeiro e D. Leopoldina Baptista de Sousa, esposa do industrial de outivessaria do mesmo nome, que suplantou todas as outras senhoras, puxando violentamente pelo vestido dum a sua filha que se tinha levantado.

Novo Chefe do Distrito

Foi nomeado Governador Civil, cargo de que já tomou posse, o senhor Francisco dos Santos Caravana, Capitão de Engenharia. Dizem-nos que sua ex.^a é republicano, e que deseja rodear-se de colaboradores que estejam dentro da República. Oxalá se confirme estes vaticínios, porque no

nosso distrito ha muito a fazer de novo e muito a concertar...

E' necessário, pois, que a nova Autoridade percorra com a vista todo o horizonte do distrito, a fim de ver o que existe de aproveitavel e o que deve ser posto de parte.

Sua ex.^a só poderá prestigiar o próprio Governo da Ditadura e dignificar a República, pondo de parte a colaboração de certos individuos, que, além de serem os mais intransigentes inimigos do regime republicano, nenhuns serviços prestam, seja qual fôr o cargo que desempenhem. Todavia, o que mais deve preocupar o senhor Capitão Caravana, é a maneira como fôram constituídas algumas comissões Administrativas dos Municípios. E' um assunto que tem de ser estudado com ponderação e critério, visto que algumas dessas Comissões fôram organizadas olhando apenas a meros caprichos — cujo resultado tem sido o pior possível.

Por isso, esperamos melhores dias — dias de progresso e de vida nova, aquilo de que carecem todas as terras que desejam progredir.

Igualmente esperamos que o novo Chefe do distrito se interesse pela solução da «Crise de Trabalho» — inquirindo quanto a este caso, do que se passa em várias terras do distrito, onde a «Crise» é de cada vez maior devido áqueles que podiam e deviam atenuá-la, em vez de a agravar. Que sua ex.^a medite em tudo isto.

A eterna questão do milho

E' para lamentar que ainda não fossem tomadas quaisquer providências a fim de evitar a subida do já exagerado preço do milho. Mas qual será o motivo porque nada se faz neste sentido? Porque não se ha-de pôr um travão á velocidade gananciosa dos regatões? Porque é que o milho continua a sair livremente para fora do concelho? E' caso para se dizer: Aqui ou há grande mistério ou anda caveira de b...!

Vistos os autos, são condenados os pobres a ficarem sem pão enquanto os regatões não deliberarem o contrário...

Capitão Silvestre J. Barreira

Faleceu, quasi repentinamente, na sua casa do Largo de Martins Sarmento, pelas 13 horas do passado dia 2, este nosso presado amigo e dedicado republicano.

Foi sempre um bom cidadão, muito estimado por todos quantos com ele conviviam e um militar disciplinado e disciplinador.

Algumas notas biograficas da sua folha de serviço como militar: assentou praça em 24 de Novembro de 1896; promovido a Alferes em 15 de Novembro de 1915; a Tenente em 26 de Novembro de 1917; a Capitão em 11 de Março de 1922.

Fez parte do C. E. P. servindo no batalhão do R. I. n.º 20, entrando num combate que ganhou a Cruz de Guerra para a bandeira do seu regimento.

A toda a familia enlutada apresentamos os nossos sentidos pesames.

Sêlos Marquez de Pombal

E' obrigatório, desde 5 a 15 do corrente, a aposição como sobretaxa, dos sêlos de 15 centavos, do padrão Marquez de Pombal, em toda a correspondencia expedida do continente e ilhas adjacentes.